



CONCURSO PÚBLICO

27. PROVA OBJETIVA

ANALISTA – NÍVEL I
(ÁREA DE ATUAÇÃO: ADMINISTRATIVA)

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 30 QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NA CAPA DESTA CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ MARQUE, NA FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS, QUE SE ENCONTRA NO VERSO DESTA PÁGINA, A LETRA CORRESPONDENTE À ALTERNATIVA QUE VOCÊ ESCOLHEU.
- ♦ TRANSCREVA PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, TODAS AS RESPOSTAS ANOTADAS NA FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA.
- ♦ AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO, PODENDO DESTACAR ESTA CAPA PARA FUTURA CONFERÊNCIA COM O GABARITO A SER DIVULGADO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.



CONCURSO PÚBLICO

27. PROVA OBJETIVA

ANALISTA – NÍVEL I
(ÁREA DE ATUAÇÃO: ADMINISTRATIVA)

QUESTÃO	RESPOSTA
01	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
02	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
03	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
04	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
05	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E

06	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
07	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
08	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
09	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
10	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E

11	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
12	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
13	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
14	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
15	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E

QUESTÃO	RESPOSTA
16	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
17	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
18	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
19	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
20	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E

21	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
22	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
23	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
24	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
25	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E

26	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
27	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
28	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
29	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
30	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01. O Contrato Administrativo é o acordo firmado pela administração, investida de poder de império, com uma pessoa física ou jurídica, ou com outra entidade administrativa, visando à consecução de um objetivo de interesse público, nas condições por ela estabelecidas. São características do Contrato Administrativo:

- I. finalidade pública;
- II. cláusulas exorbitantes;
- III. unilateralidade;
- IV. natureza de contrato de adesão;
- V. ser regido pela teoria geral dos contratos.

Assinale a alternativa que contém apenas características corretas.

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, II e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.

02. Segundo a Constituição Federal, os atos de improbidade administrativa importarão

- I. a perda dos direitos políticos;
- II. a suspensão da função pública;
- III. a indisponibilidade dos bens;
- IV. o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei;
- V. a ação penal cabível.

Assinale a alternativa que contém apenas afirmações corretas.

- (A) I, II e III.
- (B) I, IV e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.

03. Consagrado pela doutrina e pela jurisprudência; exige que a Administração indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões; sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de legalidade dos atos administrativos. Trata-se do princípio da

- (A) razoabilidade.
- (B) legalidade.
- (C) moralidade.
- (D) motivação.
- (E) supremacia do interesse público.

04. São classificados(as) como entes autônomos ou de cooperação com o poder público:

- (A) as autarquias.
- (B) as sociedades de economia mista.
- (C) os ministérios.
- (D) as agências reguladoras.
- (E) o SESC e o SENAI.

05. Uma das prerrogativas conferidas às autarquias e fundações públicas que receberem a qualificação de agência executiva consiste na ampliação dos limites de isenção ao dever de licitar. Nesse caso, aumenta-se o valor para a dispensa de licitação em seu âmbito para o montante de

- (A) 15% do limite previsto para a utilização da modalidade pregão.
- (B) 15% do limite previsto para a utilização da modalidade concorrência.
- (C) 20% do limite previsto para a utilização da modalidade concurso.
- (D) 20% do limite previsto para a utilização da modalidade convite.
- (E) 20% do limite previsto para a utilização da modalidade tomada de preços.

06. A inexecução sem culpa do contrato é a que decorre de atos ou fatos estranhos à conduta da parte, retardando ou impedindo totalmente a sua execução. Uma das causas justificadoras da inexecução pode ser uma determinação estatal, geral, positiva ou negativa, imprevista e imprevisível que onera substancialmente a execução do contrato.

Assinale a alternativa que denomina corretamente essa causa.

- (A) Interferência imprevista.
- (B) Fato da administração.
- (C) Força maior.
- (D) Caso fortuito.
- (E) Fato do príncipe.

07. Acordo celebrado entre o Poder Público e determinada entidade pública da Administração Indireta ou de entidades privadas que atuem paralelamente ao Estado, com o objetivo de estabelecer metas a serem alcançadas pela entidade em troca de algum benefício outorgado pelo Poder Público, que se compromete a assegurar maior autonomia e liberdade gerencial, orçamentária e financeira ao contratado na consecução de seus objetivos. A descrição corresponde ao contrato de

- (A) concessão.
- (B) gestão.
- (C) fornecimento.
- (D) serviço.
- (E) cooperação.

08. São os atos que visam disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta funcional de seus agentes; associam-se ao poder hierárquico na orientação do desempenho das atribuições dos subordinados. Só atuam no âmbito interno das repartições e só alcançam os servidores subordinados à chefia que os expediu. Trata-se dos atos
- (A) negociais.
 - (B) normativos.
 - (C) ordinatórios.
 - (D) punitivos.
 - (E) enunciativos.
09. O seu motivo é a ilegalidade do ato, ou da relação por ele gerada, que se tem de eliminar, pois é ofensa ao direito. As relações entre as partes ficam desfeitas, retroagindo a invalidação à data da prática do ato ilegal e, conseqüentemente, invalidando seus efeitos desde então, operando *ex tunc*. Assinale a alternativa que corretamente nomeia esse procedimento de invalidação do ato administrativo.
- (A) Revogação.
 - (B) Saneamento.
 - (C) Convalidação.
 - (D) Anulação.
 - (E) Suspensão.
10. A autoridade que, na sua jurisdição, tiver ciência de irregularidade no serviço público, é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar. Sobre a sindicância, é correto afirmar que deve ser instaurada no caso de penas que impliquem
- (A) cassação de aposentadoria.
 - (B) advertência.
 - (C) destituição de cargo em comissão.
 - (D) demissão.
 - (E) suspensão por mais de 30 (trinta) dias.
11. Poder mediante o qual o administrador tem liberdade de ação administrativa, escolhendo da conveniência, da oportunidade, da necessidade e conteúdo do ato, mas dentro dos limites da lei. Trata-se do poder
- (A) vinculado.
 - (B) hierárquico.
 - (C) discricionário.
 - (D) regulamentar.
 - (E) de polícia.
12. O Decreto n.º 6.204/07, no seu art. 1.º, estabelece que, nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando
- I. a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal, estadual e federal;
 - II. a ampliação da eficiência das políticas públicas;
 - III. o incentivo à inovação tecnológica.
- São corretas as afirmativas
- (A) I, II e III.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) II, apenas.
13. O Decreto n.º 6.204/07 estabelece condições e critérios para o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte. Assinale a alternativa que, corretamente, aponta uma dessas situações.
- (A) A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte será exigida para participação na licitação.
 - (B) Nas licitações do tipo carta convite, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
 - (C) Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até cinco por cento superiores ao menor preço.
 - (D) No caso do pregão, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas por item em situação de empate, sob pena de preclusão.
 - (E) Os órgãos e entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), salvo situações previstas no decreto.
14. Assinale a alternativa que preenche, corretamente, a lacuna do texto.
- Segundo o Decreto n.º 6.204/07, nas licitações para a aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, os órgãos e entidades contratantes poderão reservar cota de até _____ por cento do objeto, para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.
- (A) cinco
 - (B) dez
 - (C) quinze
 - (D) vinte
 - (E) trinta

15. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado, segundo a Lei Complementar n.º 123/06, a pessoa jurídica
- I. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
 - II. que seja filial, sucursal, agência ou representação de pessoa jurídica com sede em outro estado;
 - III. constituída sob a forma de cooperativas, inclusive as de consumo;
 - IV. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
 - V. que exerça atividade de banco comercial.
- Assinale a alternativa que contém apenas afirmações corretas.
- (A) I, II e V.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) I, IV e V.
 - (D) II, III e V.
 - (E) III, IV e V.
16. Segundo a Lei Complementar n.º 123/06, em seu art. 13.º, o Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, entre outros, dos seguintes impostos e contribuições:
- I. Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ;
 - II. Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF;
 - III. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;
 - IV. Imposto de Renda relativo aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável;
 - V. contribuição para o PIS/Pasep, exceto quando incidentes na importação de bens e serviços.
- Assinale a alternativa que, corretamente, apresenta apenas impostos e contribuições que podem ser contemplados pelo referido artigo.
- (A) I, II e IV.
 - (B) I, III e V.
 - (C) II, III e V.
 - (D) II, IV e V.
 - (E) III, IV e V.
17. A Lei n.º 4.320/64 prevê, em seu art. 2.º, que a Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os seguintes princípios:
- (A) unidade, universalidade e anualidade.
 - (B) unidade, publicidade e eficiência.
 - (C) continuidade, especialidade e hierarquia.
 - (D) eficiência, universalidade e publicidade.
 - (E) legalidade, impessoalidade e moralidade.
18. Não se admitirão emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem
- (A) conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.
 - (B) alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, inclusive quando provada, nesse ponto, a inexatidão da proposta.
 - (C) conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado, salvo quando aprovado pelo Poder Executivo.
 - (D) conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em Resolução do Poder Executivo para contratação de pessoal.
 - (E) aumentar dotação solicitada para despesa de contratação de pessoal, salvo quando em caso de comoção intestina.
19. A Lei n.º 8.666/93 estabelece, entre outras definições, as seguintes:
- I. obra – toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como demolição, conserto, instalação, montagem, operação ou conservação;
 - II. compra – toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente;
 - III. alienação – toda transferência de domínio de bens a terceiros;
 - IV. projeto básico – o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
 - V. contratante – a pessoa física ou jurídica signatária de contrato com a Administração Pública;
 - VI. tarefa – quando se ajusta mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.
- Assinale a alternativa que apresenta apenas definições corretas.
- (A) I, II e V.
 - (B) II, III e VI.
 - (C) IV, V e VI.
 - (D) I, II, III e IV.
 - (E) II, III, IV e VI.
20. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas da frase.
- A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de _____ ou de _____, do tipo menor preço, nos termos das Leis n.ºs 8.666, de 21 de julho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.
- (A) concorrência ... pregão
 - (B) convite ... pregão
 - (C) tomada de preços ... convite
 - (D) leilão ... concurso
 - (E) convite ... concorrência

21. Será adotado, preferencialmente, o Sistema de Registro de Preços – SRP – quando
- (A) pelas características do bem, houver a possibilidade de compra de um grande lote.
 - (B) for mais conveniente a aquisição de bens sem previsão de uso imediato.
 - (C) for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a um único órgão ou entidade.
 - (D) houver contratação de bens e serviços de engenharia, obedecida a legislação vigente, desde que devidamente justificada e caracterizada a vantagem econômica.
 - (E) pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.
22. A Lei n.º 8.666/93, em seu art. 28, estabelece que a documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, deverá contemplar, entre outros, o seguinte documento:
- (A) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC).
 - (B) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
 - (C) registro ou inscrição na entidade profissional competente.
 - (D) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
 - (E) cédula de identidade.
23. Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:
- I. União: 50% (cinquenta por cento);
 - II. Estados: 60% (sessenta por cento);
 - III. Municípios: 60% (sessenta por cento).
- Na repartição dos limites globais referidos, a parte que cabe ao poder Executivo não poderá exceder os seguintes percentuais na esfera municipal, estadual e federal, respectivamente:
- (A) 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento), 49% (quarenta e nove por cento), 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento).
 - (B) 54% (cinquenta e quatro por cento), 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento), 49% (quarenta e nove por cento).
 - (C) 49% (quarenta e nove por cento), 54% (cinquenta e quatro por cento), 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento).
 - (D) 49% (quarenta e nove por cento), 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento), 49% (quarenta e nove por cento).
 - (E) 54% (cinquenta e quatro por cento), 49% (quarenta e nove por cento), 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento).
24. Segundo a Lei n.º 101/2000, em seu art. 48, são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, entre outros,
- (A) os planos, orçamentos e leis de diretrizes financeiras.
 - (B) as prestações de contas e o parecer emitido pela controladoria geral.
 - (C) o relatório da Execução Financeira.
 - (D) o relatório de Gestão Fiscal.
 - (E) o relatório dos projetos executivos finalizados.
25. Segundo a Lei n.º 101/2000, em seu art. 32, o Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente. O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:
- I. existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;
 - II. inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;
 - III. observância dos limites e condições fixados pelo Banco Central;
 - IV. autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo.
- Assinale a alternativa que contém apenas condições corretas.
- (A) III e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) II, III e IV.
26. Segundo a Lei n.º 10.520/02, art. 4.º, a fase externa do pregão observará, entre outras, a seguinte regra:
- (A) no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
 - (B) o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 5 (cinco) dias úteis.
 - (C) para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério da melhor relação custo-benefício e observados os prazos máximos para fornecimento.
 - (D) examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao órgão contratante decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.
 - (E) verificação de que o licitante está em situação regular perante o Tesouro Nacional e com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação técnica.

27. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados, efetuada por meio de publicação no Diário Oficial da União; meio eletrônico, na Internet; e jornal de grande circulação local, quando para

- (A) locações imobiliárias e alienações em geral de valores estimados em até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).
- (B) bens e serviços de valores estimados em até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).
- (C) bens e serviços de valores estimados acima de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).
- (D) bens e serviços de valores estimados acima de R\$ 650.000,00.
- (E) obras e serviços de engenharia de valores estimados acima de R\$ 650.000,00.

28. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 1 (um) ano ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;
- V. se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, até o limite máximo de 20% do valor do contrato.

Assinale a alternativa que contém apenas afirmações corretas.

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, IV e V.
- (D) II, III e V.
- (E) III, IV e V.

29. Entre as diversas espécies de atos administrativos, aquele conceituado como um ato discricionário e precário pelo qual a Administração consente que o particular utilize privativamente bem público é a

- (A) autorização.
- (B) licença.
- (C) permissão.
- (D) admissão.
- (E) homologação.

30. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de Licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle. Constituem tipos de licitação:

- I. leilão;
- II. convite;
- III. técnica e preço;
- IV. maior lance ou oferta;
- V. tomada de preços;
- VI. melhor técnica;
- VII. de menor preço.

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, tipos de licitação.

- (A) I, II e V.
- (B) I, II, III e V.
- (C) II, III, IV e VII.
- (D) III, IV, V e VI.
- (E) III, IV, VI e VII.